

36º Encontro Anual da Anpocs
Águas de Lindóia – SP
21 a 25 de outubro de 2012
GT 27 - Pensamento Social no Brasil

Título do Trabalho: *As representações do espaço rural no romance brasileiro (1945-1964)*

Autor: Robson dos Santos

Águas de Lindóia – SP – 2012

Título: As representações do espaço rural no romance brasileiro (1945-1964¹)

Robson dos Santos²

Resumo

Entre 1945 e 1964, a literatura brasileira comporta uma variedade de romances de temática rural. A partir da análise de nove romances escritos no período, a pesquisa buscou reconstruir as opções narrativas e as representações plurais sobre o mundo rural que se revelam nas obras. A tese indagou como o rural irrompe nos romances escolhidos e como isto se associa aos processos sociais “exteriores” ao universo literário, como as ideologias, a política e as ciências sociais. A partir daí, a investigação apreendeu as formalizações literárias distintas sobre o rural. Isto foi possível a partir da construção de tipologias para a análise dos romances, denominadas narrativas da limitação e narrativas da revolução. Estas tipologias permitiram entender a correlação entre a experiência de cada autor e a “apropriação” literária das condições políticas e intelectuais que caracterizavam o período.

Palavras-chave: romance, rural, sociologia, política.

Introdução

A configuração do campo literário brasileiro no período compreendido entre 1945 e 1964 comportava uma variedade de elaborações e dinâmicas literárias, vinculadas, em graus distintos, às mutações políticas e socioculturais da sociedade nacional. Diversos conteúdos narrativos são, naquele contexto, incorporados às obras, com especial relevância para a temática rural. Está é apropriada pelas narrativas por meio da representação dos processos sociais de lutas no campo, das relações sociais e culturais tomadas como peculiares ao contexto rural, das consequências da modernização e das contradições em relação a tal processo. As estéticas e opções narrativas que acompanham a representação do rural nos romances no período se articulam aos posicionamentos de escritoras e escritores brasileiros frente ao processo de transição da sociedade rural para a urbana. É neste contexto que se insere o objeto desta pesquisa, que é fruto de uma tese de doutorado em Sociologia defendida em 2011, na Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Ridenti, e da qual o presente texto é uma parte.

Concentrando o estudo em diversas obras literárias escritas naquele momento, fundamentalmente romances, a pesquisa reconstruiu, a partir da análise dos romances, os

¹ Este trabalho, com as devidas adaptações, é composto a partir do texto da tese de doutorado defendida em 2011.

² Graduado em Ciências Sociais pela Unesp, campus de Marília. Doutor em Sociologia pela Unicamp. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, área Ciências Sociais, do Instituto Federal de Goiás, campus de Formosa. E-mail: relvalins@yahoo.com.br.

posicionamentos e opções narrativas dos autores acerca do mundo rural. Os romances foram apreendidos a partir das dinâmicas inerentes aos espaços literários, mas exigiram uma compreensão das articulações com os processos sociais que vazam o campo literário e que se imbricam profundamente às formas estéticas assumidas pelas obras.

O regionalismo rural dos anos trinta havia consolidado as narrativas do Nordeste como as mais profícuas vertentes criativas e consagradas da literatura brasileira. O período compreendido entre 1945 e 1964 recoloca a produção sobre o sertão, o interior, o rural, frente a outro patamar referencial: o da emergência da modernização conectada à sociedade industrial, urbana; diante de um novo contexto político, social, estético e narrativo. Por isso, a ficção brasileira no período, evidentemente com momentos e tendências diversificadas, comporta um conjunto de relatos centrados no mundo rural. Este é recolocado como tema de reflexão, concomitantemente, para o pensamento social e literário como uma espécie de bem simbólico, mas também como um desafio inerente ao desenvolvimento e aos projetos políticos de então. A “questão rural” emerge ora como atraso, ora como tema da revolução ou como portador da identidade nacional. Estas dimensões perpassam as produções acadêmicas, políticas e literárias. No romance ganham contornos próprios.

Na pesquisa apontamos como os meios variados de “apropriação/representação” do rural não se restringem à transposição de um quadro social para a literatura, mas devem ser compreendidos em referência à nova *configuração sócio-histórica* advinda do processo de transição do rural para o urbano, à complexização do mercado de bens simbólicos, ao crescimento do público consumidor, entre outras condições sociais apontadas.

Os romances analisados permitem compreender como a literatura deu contorno ao pensamento e às transformações vigentes no rural naquele contexto. Eles são formas de compreendermos as estratégias específicas do extrato literário da *intelligentsia* brasileira, bem como das particularidades da modernização no período e dos conflitos e contradições a ela associados. Esta compreensão foi possível na pesquisa a partir da construção de duas tipologias sociológicas de análise, que denominamos *narrativas da limitação* e *narrativas da limitação*.

As *narrativas da limitação* apresentam o rural como espaço das impossibilidades, da limitação dos indivíduos e marcado, em geral, pela ausência de movimentos de transformação. Nestas obras o rural se configura como um portador do atraso, como uma

espécie de dique social e fronteira geográfica para a modernidade capitalista, que as narrativas ora lamentam, ora celebram. As obras se concentram na tradução dos ajustes políticos, das dimensões culturais e econômicas que tornam a superação da opressão e da miséria algo profundamente difícil. O bucolismo irrompe em uma *beleza* que emerge tributada à paisagem *física e natural* do mundo que se esvai, abalada pela presença humana. Os indivíduos apenas circulam por ela aprofundando e destacando a limitação que a eles é imposta e da qual são, muitas vezes, os próprios agentes. A paisagem geográfica é destacada, inclusive, como contraponto à civilização, o que se articula a uma *estrutura de sentimento* bucólica em relação à natureza e que é negativa em relação ao humano. A posição política dos narradores tende, em geral, para posições de centro ou reformadoras. A violência, o atraso, o coronelismo, a tradição, a religiosidade e lentidão do tempo são algumas das características que sintetizam os elementos de consonância entre as obras investigadas. As narrativas também são construídas a partir da dualidade entre o tempo do progresso e o tempo do rural. O conflito entre eles explicita uma limitação dos personagens, uma impossibilidade de construir e transformarem, haja vista que o rural é narrado, quase sempre, como *locus* da imobilidade. O rural é, assim, um espaço para todas as formas de limitação, seja em função dos condicionantes do espaço social e/ou natural, ou a partir dos tipos de relação social que a ocupação econômica impõe ao território. Os narradores oscilam entre a celebração do progresso desenvolvimentista que dissolve aquele mundo atrasado, o que é incontornável, e a constatação de que as novas sociabilidades podem ser tão ou mais destrutivas. Os romances e autores analisados nesta tipologia foram: *Terras do sem fim* (publicado em 1942), de Jorge Amado; *Filhos do Destino* (publicado em 1954) e *Chão Bruto* (publicado em 1955), de Hernani Donato; *Vila dos confins* (publicado em 1955), de Mário Palmério; e *O coronel e o lobisomem* (publicado em 1964), de José Cândido de Carvalho.

A segunda tipologia que construímos para a análise foi a que denominamos de *narrativas da revolução*. Nestes romances o rural é, sobretudo, um espaço de relações sociais e confrontos políticos. O tema central é a exploração dos proprietários sobre os trabalhadores, a opressão social, as lutas por terras, o latifúndio e o papel transformador das classes submissas no campo, convertidas muitas vezes em camponeses revolucionários. Daí emerge um mundo rural utópico, que organiza as classes trabalhadoras, que politiza o cangaço e descreve uma forte expectativa em relação às possibilidades da revolução socialista, seja irrompendo no campo, para depois provocar a

revolta nas cidades, seja se associando às lutas dos trabalhadores urbanos. Tal conjunto de narrativas secundariza o elemento natural e destaca as relações humanas, sociais e históricas. O rural é também portador de uma essência perdida, daí o bucolismo a ele associado, mas as limitações que congrega alimentam a impermanência, a transformação, a rebeldia, a revolta organizada, não a conservação das relações ou o simples retorno. Um papel revolucionário, de cunho romântico informa os personagens e tramas destas narrativas. Todas são apologias de concepções que transformem ou revolucionem a forma pela qual o capitalismo organiza o mundo agrário brasileiro. O espaço conferido ao rural aqui se aproxima em muito das proposições comuns à esquerda no período sobre a transformação da estrutura agrária do país, à incorporação de suas populações no processo político e mesmo de posições apenas reformadoras. As revoluções camponesas em outros países muitas vezes aparecem como inspiração explícita. A posição política dos autores é vinculada às correntes de esquerda e a aproximação entre arte e política toma uma relevância mais explícita. Nesta tipologia analisamos os seguintes romances e autores: *Seara Vermelha* (publicado em 1946), de Jorge Amado; *Assunção de Salviano* (publicado em 1954), de Antonio Callado; *Os posseiros* (publicado em 1955), de Maria Alice Barroso; e *Irmão Juazeiro* (publicado em 1961), de Francisco Julião.

A pesquisa, desenvolvida sob os referenciais de uma sociologia da literatura, permitiu compreender a relação entre literatura e o processo social, bem como as proximidades entre as construções analíticas das ciências sociais e as forma estéticas. Além disso, possibilitou demonstrar como a temática rural continuava presente no campo literário, diferentemente do que apontava parte da historiografia literária, que apontava o período 1945-1964 como centrado na poesia e na temática urbana. A seguir, buscamos sintetizar o contexto geral e as referências da análise.

As formas de narrar o rural, o contexto e os problemas de interpretação

A literatura brasileira possui uma importância basilar para a compreensão de inúmeros aspectos de nossa realidade política, social e cultural. Antes da constituição das ciências sociais, as criações literárias ocupavam uma posição “dominante” na produção de discursos sobre a nação e para a construção de um sistema intelectual no país. Era também por meio do romance, da poesia e do conto que muitas novidades teóricas e científicas eram incorporadas ao sistema intelectual brasileiro e à produção de uma consciência sobre o país. A institucionalização e o

desenvolvimento das ciências humanas, processo que se fortalece após 1940, significou uma relativização desta posição, mas não impôs uma superação completa.

Neste sentido, o romance de temática rural se configura como uma das formas discursivas talvez mais “engajada” em entender o *mundo social*, sobretudo até a primeira metade do século XX. Ele realiza um registro das falas, das crenças, modos de ser e, em muitos casos, acaba por fazer uma “etnografia” dos problemas do sertão-rural. É por meio do romance de temática rural que apreendemos os movimentos e configurações sociais em diversos momentos de nossa história social.

A temática rural teve presença marcante no romantismo e no naturalismo do século XIX, no modernismo da década de 1920, na literatura regionalista da década de 30 e mesmos nas produções posteriores a 1945³, sempre atraindo esforços intelectuais e subsidiando análises.

Todavia, ao vislumbrarmos alguns dos principais textos sobre a história da literatura brasileira (BOSI, 1979, MOISÉS, 1995), nos deparamos com uma situação aparentemente diversa: entre os anos de 1945 e 1964, o romance de temática rural ocupa uma posição secundária nos relatos, sendo subordinado, em termos de projeção, à poesia política, às vanguardas e aos romances centrados na análise psicológica ou na experimentação formal, contextualizada no mundo urbano.

A partir de 1940, mais ou menos, assistiremos, ao lado disso, a certo repúdio do local, reputado apenas pitoresco e extraliterário; e um novo anseio generalizador, procurando fazer da expressão literária um problema de inteligência formal e de pesquisa interior. O *Modernismo regionalista se amaina*, inclusive nas obras que os seus próceres escrevem agora – revelando preocupação mais exigente com a forma ou esforço anti-sectário no conteúdo (CANDIDO, 2000, p. 116, *grifos nossos*).

A temática rural que se consagrou nos anos 30 parecia desaparecer aos poucos do universo literário, ou ao menos da historiografia sobre o período, dando espaço para outras temáticas predominantes, mais sintonizadas com os dilemas da modernização. Nesta seara, é como se apenas a figura monumental de Guimarães Rosa predominasse na construção de narrativas sobre a temática do sertão-rural. Contudo, tal percepção não reflete a situação efetiva da literatura.

O fato é que os cenários rurais continuavam presentes na arte e no romance, em

³ A temática rural na literatura evidentemente antecede este período e remonta a momentos formadores de nossa literatura. “Envolvidos na tarefa de debater o mundo rural que se modernizava, enquanto morria um modo antigo de vida, entraram em campo vários autores romances naturalistas (entre 1890 e 1920): *Dona Guidinha do poço* [escrito por volta de 1890, publicado apenas em 1952], de Manoel de Oliveira Paiva; *A normalista* [1891], de Adolfo Caminha; *Luzia-homem* [1903], de Domingos Olímpio, de par com contistas e contadores de causos. Considerada em conjunto, essa turma toda praticamente recobriu o país, de alto a baixo, relatando o que, aos olhos do Rio (e da Europa em geral), era tido como atrasado, menor, antigo, superado – ‘regional’” (FISCHER, 2008, pp. 58-59).

particular. Após 1945, é verdade que novas referências formais e de conteúdo se cristalizavam para o ofício literário. Além disso, os processos de urbanização e modernização sofriam uma apropriação específica pelo discurso literário. Porém, isto se dava sem que o rural desaparecesse como espaço selecionado para a ambientação das obras. Diante da modernidade tardia que se realizava entre nós, a temática rural se reconfigurava e passava a compartilhar mais intensamente com o mundo urbano a ambientação dos romances. Este era um processo literário que remontava à década de trinta, a partir da qual as dualidades campo e cidade tomavam importância decisiva para a literatura⁴.

Assim, diferentemente do que sugere certa historiografia literária (BOSI, 1979, MOISÉS, 1995, COUTINHO, 1986), os romances de temática rural continuavam sendo produzidos (além de Guimarães Rosa) e comportavam significativas percepções e interpretações sobre os processos sociais em curso e as ideias em voga. Neste período, a economia se internacionalizava e as regiões mais remotas e ruralizadas estavam sendo incorporadas à lógica racional de Estado e do mercado. Por isso, uma geração de escritores passou a trazer este fato para o cenário literário nacional e latino-americano (FISCHER, 2008).

Dito em outras palavras, o passo inicial da pesquisa foi compreender a posição reservada aos espaços rurais nas narrativas, em um período no qual *modernização, desenvolvimento, progresso e urbanização* se impunham na realidade social e no vocabulário intelectual. Tratava-se de um contexto marcado pela valorização da industrialização, do desenvolvimentismo, do progresso, da ocupação do interior do país e da vida urbana. Frente a isso, eram reforçadas, por vezes, as imagens do rural como anti-moderno, arcaico, atrasado e temporalmente deslocado. Isto, inclusive, parece ser uma imagem forte na literatura de outros lugares nos momentos de desenvolvimento mais acentuado do capitalismo.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; *o campo como lugar de atraso ignorância e limitação* (WILLIAMS, 1989, p. 11, grifos nossos).

Tentar compreender o sentido no qual esta situação era formalizada pela literatura brasileira, nos conduziu às reflexões sobre o tipo de criação que estes processos motivavam, mas, sobretudo, para a investigação dos arquétipos de mundo rural que os narradores de diversos romances e orientações ideológicas expunham. Pensar o espaço rural na literatura, em um momento de celebração do urbano, do concreto, da indústria e da modernização, não representa

⁴ Raymond Williams (1989) desenvolve importante análise sobre esse processo na literatura inglesa, que a partir da Revolução Industrial assiste a proliferação de narrativas que registravam criticamente ou conservadoramente os processos de industrialização e modernização que afetavam a vida rural.

apenas um esforço de reconstrução histórico-literária, mas também oferece subsídios para refletirmos sobre as faces contemporâneas de nossa “modernidade irrealizada”, que tem uma relação complexa com o rural⁵.

Para muitas interpretações, o mundo rural “moldou” parte significativa do país. Isto pode ser captado em diversas frentes de produção discursiva, tanto científicas quanto culturais. Como bem ressalta Florestan Fernandes, a importância conferida ao mundo agrário para a acumulação do capital e a expansão de um pólo econômico moderno, urbano-comercial, e da própria sociedade, já foi exagerada, para ser em seguida subestimada. Nesse sentido, “o ‘campo’, como núcleo da vida social ‘civilizada’, também já foi superestimado, para depois ser esquecido” (FERNANDES, 1975, p. 180). As variações advindas desta oscilação ocupam uma parte significativa em nossa história intelectual e cultural, pois mesmo diversos intelectuais afeitos “ao mundo urbano-capitalista elegeram a terra como ‘imagem espacial’ para a interpretação do país” (MAIA, 2008, p. 11). Esta assertiva parece também se aplicar a muitos dos escritores brasileiros e à nossa própria literatura.

A partir deste fato, não surpreende, naquele momento de nossa modernização, a quantidade de criações culturais que se avolumava e que se propunham como verdadeiras reconstruções e interpretações dos mundos rurais brasileiros. Estas criações ressaltavam sertões e espaços que escapavam das sociabilidades urbanas, dos aglomerados habitacionais periféricos e da modernidade tal como vivida em sua “expressão cidadina”.

De qualquer maneira, é instigante para a reflexão que tais construções ganhem força entre as décadas de 1940 e 1960, um momento de ampliação da urbanização e das práticas socioculturais a ela associadas. É como se muitos passassem a lamentar a transformação de um espaço do qual partiram a pouco tempo e como se as forças racionalizantes exigissem que fosse trazido para o “tempo da civilização”. Diversas criações culturais passavam a expor a melancolia com o desaparecimento do sertão-rural, outras a exigir que fosse alçado à modernidade. Apesar disso, no campo do poder político e dos grandes projetos capitalistas imperava outro espírito.

É como se a débâcle do Estado Novo, a instauração das instituições democráticas e a emergência de um surto desenvolvimentista sem paralelos descortinassem a possibilidade de forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna. O período inaugurado no pós-guerra suscitava forte sentimento de otimismo, nascido da mescla

⁵ Apesar de operar dentro da problemática tipologia do regionalismo, o crítico Malcon Silverman apresenta uma síntese representativa da interação literatura de temática rural e sociedade, que marca nossa história literária e ainda persiste produzindo referências. “A vida provinciana no campo, bem como nos povoados interioranos, que tiraram sua subsistência da agricultura, da criação ou mesmo da mineração, cria laços simbióticos. O efeito desses inter-relacionamentos e a interação com os habitantes locais produzem consequências diversas – pessoais, coletivas, telúricas, épicas e míticas – associadas, até hoje, com o romance regionalista-histórico. Todavia, ao mesmo tempo, o gênero tem-se direcionado, cada vez mais, a reproduzir a realidade do interior, e para desmitificá-la ou denunciá-la, em inevitável justaposição com seu correspondente urbano similarmente opressivo” (SILVERMAN, 2000, p. 229).

entre triunfos materiais de vulto e permanências das nossas singularidades. Diferentemente da Europa, forçada a reter as lembranças da dizimação humana, a guardar a memória da barbárie totalitária e a conviver com o incômodo reconhecimento da perda da sua hegemonia civilizacional, o país parecia, finalmente, assenhorear-se dos segredos criadores da modernidade (ARRUDA, 2001, p. 17).

O fato é que, tanto ontem como hoje, as peculiaridades de nossa modernidade não deixam de reverberar nas elaborações estéticas. O rural embasa uma espécie de bem simbólico, com profundas raízes em nossa organização social. Ele frequentemente oferece os subsídios necessários para a fabricação de artefatos e representações artísticas e culturais nas mais distintas localizações do *campo cultural*. Neste plano, ele se mantém ainda hoje como um permanente repositório de temas, idéias, influências e materiais para os criadores culturais na música, no cinema, no teatro, na televisão e na literatura, garantindo a existência de uma “imaginação rural” nos campos culturais⁶.

No período compreendido entre meados da década de 40 e dos anos 60, o rural irrompe em diversos romances como espaço significativo para as transformações estruturais do país. A politização do romance de temática rural, porém, não o isenta de uma recorrência contraditória às imagens idílicas e mesmo tradicionais do interior, do sertão, da roça etc. A *estrutura de sentimento* bucólica sobre o rural (WILLIAMS, 1989) é forte também na literatura brasileira e deve ser captada à luz das peculiaridades que o processo assume. Por isso que, muitas vezes em “reação” à civilização urbana-industrial, as narrativas se apegam em registrar a permanência marcante de um mundo que oscilava entre o desaparecimento e a transformação. Porém, na integralidade das narrativas, a sociedade que substitui o rural não consagra necessariamente um “mundo melhor”, quando muito, disponibiliza algo que pode e precisa ser melhorado.

A presença da temática rural é forte em várias esferas intelectuais. No campo sociológico, os estudos sobre a sociedade rural irrompem inicialmente a partir do exame “do exotismo da vida de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome por que são conhecidos nas diversas regiões do país” (QUEIROZ, 1969, p. 47). Em certa medida, literatura e sociologia também retroalimentam temáticas e formas de interpretação. Por exemplo, é justamente a partir de uma obra que envolve elementos literários e pretensões sociológicas, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que se dá o advento de um olhar mais detalhado sobre as características das relações sociais que se operam no rural, mais especificamente em sua versão do sertão.

É importante apontar que a representação estética do rural não se restringe à projeção de

⁶ Neste sentido, é interessante a produção do artista plástico José Ferraz de Almeida Junior, autor dos clássicos quadros realistas-naturalistas sobre o caipira, o caboclo e as populações do mundo rural e que tem forte presença na inauguração desta “imaginação rural”.

um retrato, de uma imagem copiada, como em uma pintura naturalista. Com isso, não imaginamos que a literatura é o campo das fantasmagorias dos espíritos, dos gênios enclausurados em cárceres metafísicos à procura da motivação estética, que muitas vezes irrompe como substituta de um mundo sem deuses. A literatura é uma construção sociocultural, um artefato com sentido histórico, projetado em espaços nacionais particulares, composta a partir de significantes linguísticos, que comportam relações de poder e dominação. Ressalta-se que isso é bem diverso de afirmar que a literatura é um simples reflexo do real. Pois o problemático em tal proposição não é a pretensão de que a literatura *fotografe* a realidade, mas de que essa seja um mero fenômeno estático, prestes a ser refletido⁷.

Neste trabalho a literatura foi compreendida como uma produção sociocultural, não somente um constructo linguístico. Uma sociologia da literatura, nesse caso, é eminentemente histórica, pois desenvolve várias reconstruções: da configuração sócio-histórica e das condições particulares do campo literário em determinado contexto, da própria localização social e cultural do agente literário, que não podem ser compreendidas, em nossa análise, dissociadas do conjunto das relações que caracterizam uma sociedade em particular.

A presença de representações do rural na literatura brasileira acompanha a própria dinâmica de emergência e autonomização dessa como um espaço social, mas não se esgota aí. Afinal, a análise e a compreensão do rural passam a ganhar sentido e significado com a expansão urbana em finais do século XIX e início do XX. A configuração sócio-histórica desse período compreende uma delimitação maior entre as classes sociais urbanas e rurais, entre os hábitos considerados citadinos e aqueles vislumbrados como rurais. Cidade e campo passam a ser, em princípios do século XX, pólos que compreendem uma oposição mesmo entre civilização e barbárie, ou modernidade e atraso. O rural era o polo negativo dessa oposição e eram os discursos literários e intelectuais que davam ressonância para tais compreensões.

O romantismo incorporava uma noção negativa da civilização, associada à industrialização, às multidões, às cidades, considerados signos e espaços da futilidade, da inautenticidade, da superficialidade⁸. Ele constituía uma visão de recusa ao capitalismo. O rural, compreendido como parte da natureza, era tomado pela narrativa romântica como o ambiente preñado de valores e práticas autênticas, naturais e espontâneas. Estas representações ocorriam em

⁷ Aos sociólogos sempre coube a crítica – produzida principalmente pelas leituras *internalistas* e *formalistas* da criação literária – de que reduzem o fenômeno estético a quadros sociais caricaturados e a signos imperfeitos das relações sociais (FRYE, 1976). Ora, não seria o momento de indagar se não é certa teoria da literatura que reduz a realidade social, ao vislumbrar a possibilidade de desconectar forma estética e processo social? Dito de outra forma, não constituiria um reducionismo propor a existência de uma autonomia absoluta do literário?

⁸ Em geral, a *intelligentsia* romântica no Brasil era proveniente de famílias abastadas do campo e de filhos de comerciantes luso-brasileiros (BOSI, 1979). O quadro posterior a 1930, porém, vai registrar uma presença maior de autores oriundos das classes médias urbanas e de setores decadentes do mundo rural.

um Brasil, como país egresso do colonialismo, que mantinha as colunas do poder agrário: o latifúndio, o escravismo e a economia de exportação.

Na tradição do romantismo, a vida em proximidade com a natureza e o rural é elevada à categoria central da narrativa literária, pois é justamente nesses espaços que residem os últimos ambientes capazes de resguardar a autenticidade da existência frente à sociedade das máquinas, das indústrias capitalistas, das cidades artificiais, processo acompanhado por uma forte presença das dualidades entre rural e urbano, entre a vida no campo e na cidade. É verdade que no Brasil o precário desenvolvimento das cidades e mais ainda das indústrias no século XIX inviabilizou imagens tal como no romantismo europeu. Aqui a tradição romântica se concentrou muito mais na construção de uma identidade nacional. Mas as representações polarizadas entre campo e cidade não estavam ausentes dos discursos literários.

A literatura realista elegeu o mundo urbano como espaço principal das narrativas. Diante disso, o rural não desaparece como cenário, ao contrário, converte-se em uma antítese negativa. Ele se mantém presente como temática, como não poderia deixar de ser em uma sociedade cuja reposição histórica encontra-se profundamente dependente e imbricada ao rural.

Na segunda metade do século XIX, a inserção de culturas políticas preponderantemente produzidas nos centros urbanos assume no Brasil um intenso debate que se articula ao rural. Abolicionismo, liberalismo e republicanismo exigiam que a inteligência nacional articulasse essas idéias ao caráter preponderantemente rural do país, mas já caracterizado por uma vida urbana, dotada dos signos que a expressam. Os mitos idealizados do romantismo, como a “natureza mãe”, ou natureza refúgio e proteção não podiam mais suportar as pressões da modernização e da emergência do urbano nos pólos dominantes do capitalismo. É verdade que isso não expurgou o romantismo da vida intelectual.

Décadas depois, durante a efervescência modernista, rural e urbano se reatualizam como espaços que fomentavam elaborações estéticas. O modernismo comporta, implícita ou explicitamente, uma celebração das máquinas, da vida moderna, urbano-industrial, o desvario das metrópoles ainda incipientes. Por outro lado, os criadores se voltam à natureza e ao “interior” do país com o intuito de resgatarem esteticamente os hábitos, formas de falar cotidianos, práticas “folclóricas” etc. Isto permitiria definir as tonalidades da identidade nacional, reafirmando positivamente a dialética entre o nativo e o estrangeiro, sem estabelecer hierarquias valorativas.

É na sequência da herança modernista que irromperam nos anos trinta romances “regionalistas” que se consagraram na literatura nacional, sustentados num conteúdo rural, de uma sociedade ainda marcadamente disposta nos interiores do país. O chamado “regionalismo de 30” repõe o rural como temática ou ambiente para as narrativas literárias ao se concentrar na captura das falas, sociabilidades, práticas e condições sociais do mundo rural. Inclusive, parece mais profícuo entendê-los como romances de temática rural, não apenas regionalistas.

Ao investigarmos a produção literária entre 1945 e 1964, nos deparamos ainda com outra situação relativamente paradoxal: quem escreve sobre o rural? O romance, forma consagrada da criação literária, versa sobre um mundo relativamente distante dos signos linguísticos impressos; seus agentes (*os autores*) não compartilham, na maior parte dos casos, uma posição social existente no universo descrito⁹, onde ambientam seus narradores. O que não os desautoriza, de forma alguma, a enunciar um discurso sobre o rural. Neste esforço a história literária é mobilizada e reinterpretada frente aos novos desafios colocados no campo literário e social brasileiro.

Ainda sobre tal situação, cabe lembrar que um contingente significativo da população rural no país era analfabeto até os anos 80 e o quadro ainda está longe do ideal¹⁰. Somado a isso, toca apontar as conhecidas dificuldades de as produções simbólicas circularem no mundo rural, o que amplia as condições de desigualdade às quais sua população é lançada. Tais dilemas e problemáticas, em certa medida, também circulavam nas narrativas examinadas.

Posta à margem do processo de expansão do mercado, por carência de recursos para consumir os bens que ele oferece, e ausente do circuito político, que se alarga e incorpora outras camadas sociais, a população camponesa terá como porta-voz, durante longo período, apenas uma parcela “progressista” da classe política, limitando-se a eclosões de protestos esporádicos – banditismo e o messianismo – que bem expressam a marginalidade em que vive (CAMARGO, 1997, p.125).

A segunda metade do século XX comporta um dos movimentos populacionais mais bruscos e grandes da história recente. Em diversos locais do globo verificam-se processos de mobilidade demográfica que lançam e/ou conduzem milhões de pessoas para as cada vez maiores aglomerações urbanas. Tal processo ganha força destacada no Brasil entre os anos 40 e 60 e aponta para a consolidação e a concentração urbana e industrial do capitalismo¹¹. Por isso, “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (HOBSBAWM, 1995, p. 284). Apesar de não existir um consenso em relação à “morte do campesinato”, cabe ressaltar a amplitude das mudanças trazidas pela consolidação da *civilização urbana*. Frente a

⁹ Uma dimensão interessante para apreender tal questão pode ser captada a partir da comparação com o romance urbano. Neste último, o personagem central, em geral, tem um *habitus* intelectual, expresso muitas vezes nos diálogos e reflexões subjetivas. No romance de temática rural, tal figura irrompe na narrativa sempre como um “estrangeiro” que chega da cidade.

¹⁰ Ver a publicação *Um mapa do analfabetismo*, de 2003, feita pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais, que aponta uma concentração de analfabetos ainda hoje nas áreas rurais. Dados mais atualizados trazidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2008) apontam para a permanência dos altos índices de analfabetismo nos espaços rurais, atingindo quase 20% da população.

¹¹ Em 1940 o número de municípios com mais de 50 mil habitantes era de 112, em 1968 esse número já tinha subido para 226. No Censo de 1960, o total da população rural (37 647 694) ainda era maior que a urbana (32 471 377). Fonte: IBGE.

isso, torna-se instigante perceber como os romances analisados representam as questões da migração, da cidade, da expulsão do campo pela modernização.

É claro que foi nas décadas subsequentes que o Brasil consolidou definitivamente sua população nas cidades, mas no período compreendido entre os anos 40 e 60 se produziram inúmeros debates sobre as contradições e as dimensões do mundo rural. É evidente que as reflexões não irrompiam apenas em virtude das mobilidades populacionais, mas se articulavam a uma sequência de debates e disputas políticas, intelectuais e estéticas que perpassavam intensamente as construções narrativas.

Diante disso, não é surpreendente que estas questões provocassem análises e fomentassem os campos intelectuais em constituição naquele período. Nas ciências sociais, diversas explicações almejavam reconstruir os fatores e situações do mundo rural à luz das implicações trazidas pelo aprofundamento da modernização e da urbanização. O latifúndio, as práticas agrícolas, as representações culturais, a existência e as características de um campesinato brasileiro, o caráter feudal ou capitalista de nossa colonização, as relações com a tradição etc., irrompiam como temas que informavam as preocupações analíticas de vários estudiosos (WELCH *et. al.*, 2009).

Mesmo com a ampliação de um mercado de bens simbólicos e a institucionalização de outras frentes produtoras de discurso (Universidade, institutos de pesquisa, o Estado, jornalismo, partidos políticos etc.), o papel “interpretativo” da narrativa literária ainda é significativo no período, como ressaltou o crítico Antonio Candido, em seu clássico ensaio sobre as feições literárias num contexto de subdesenvolvimento. Aí, a literatura se lança em outro patamar de reflexão sobre o país.

A consciência do subdesenvolvimento é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos de 1950. Mas desde o decênio de 1930 tinha havido mudança de orientação, sobretudo na ficção regionalista, que pode ser tomada como termômetro, dadas a sua generalidade e persistência. Ela abandona, então, a amenidade e curiosidade, pressentindo ou percebendo o que havia de mascaramento no encanto pitoresco, ou no cavalheirismo ornamental, com que antes se abordava o homem rústico. Não é falso dizer que, sob este aspecto, o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos (CANDIDO, 1987, p. 37).

Nos romances de temática rural esta consciência sobre as feições da modernidade periférica prosperava com relativa ênfase. Com variações formais, a crítica às condições desiguais, injustas e violentas do mundo rural e a captação das práticas e sociabilidades que o caracterizam eram tema de diversas narrativas no período escolhido. Neste sentido, a formalização literária do processo social pende ora para a politização revolucionária, ora para a afirmação do atraso atrelado ao rural, ou para a estetização e a vanguarda.

Dito isso, algumas questões podem ser apresentadas para sintetizar os horizontes desta reflexão: qual a representação do mundo rural no romance brasileiro entre fins do decênio de 1945 e início da década de 60? De que maneira a matéria social e as ideias predominantes naquele contexto são reconvertidas em questões para as elaborações estéticas? O que os romances do período nos oferecem para a compreensão do processo social? Qual a relação entre a posição política dos autores e suas criações literárias?

É para o exame destas questões que construímos duas *tipologias* dos romances, visando facilitar a explicação sociológica destes. As *narrativas da limitação*, nas quais o rural emerge, em síntese, como impeditivo ao desenvolvimento, como um espaço da limitação da subjetividade, uma espécie de resistência física e cultural aos valores da racionalidade burguesa, mas também comporta, por vezes, representações idealizadas sobre a vida em contato com a terra e a natureza. A outra tipologia é a que denominamos *narrativas da revolução*, caracterizadas pela descrição do rural como um lugar de transformações sociais, de surgimento ou de continuidade da revolução social, principalmente a partir da luta armada, ou ambiente de resistência utópico-revolucionário ao capitalismo e, sobretudo, ao latifúndio.

Ao tomarem o mundo rural como espaço de ambientação das tramas, as obras examinadas confluem para uma captura da matéria social e uma reconstrução literária da mesma, com profundas diferenças, como almejamos demonstrar nesta pesquisa. As diferenças residiam, inicialmente, na dimensão estética e na posição política assumida pelos autores, implícita ou explicitamente. Daí redundavam variações significativas na conformação das obras, que buscamos atribuir às questões do contexto político e social, às posições ideológicas distintas assumidas pelos autores e às referências e possibilidades do espaço literário.

No plano metodológico, tornou-se um lugar-comum na análise literária alertar para os riscos provenientes desta sugestão de correlação, considerada “monocausal”, entre formação social e literatura, espaço e narrativa. Porém, no que se refere aos intentos desta pesquisa, o ambiente social e intelectual são elementos de grande relevância, sobretudo no momento escolhido para abordar o romance no Brasil.

É verdade que os romances de temática rural não emergem como respostas diretas e miméticas dos contextos políticos e sociais, mas são incompreensíveis sem as devidas referências a eles. É importante apontar que estes romances não surgem apenas como efeitos das disputas estéticas e negociações simbólicas integrantes dos espaços literários, inteligíveis apenas aos iniciados no cânone e em seus códigos. É justamente na mediação, nas interações, apropriações e conexões entre a experiência do autor, a configuração social, política e econômica, e as referências existentes no campo literário entre 1945 e 1964, que os romances rurais são forjados, se localizam e adquirem sentidos. Esta é a relação entre individualidade criativa e contexto social que define a posição de escritores. É ela que propomos apreender na análise a partir das

tipologias que construímos para esta pesquisa.

Nesta investigação optamos por abrir mão da tipologia *regionalismo* e adotar a noção de *romance de temática rural*. O conceito de regionalismo limita, por vezes, as possibilidades de compreensão das interfaces entre as criações estéticas e o mundo rural. Conforme indica o crítico literário Luís Fischer (2008), entre as questões mal resolvidas na cultura brasileira, a noção de regionalismo desponta como uma das mais problemáticas. O conceito nos parece muito genérico e ancorado em uma concepção de “centro”: tudo que está fora do polo hegemônico culturalmente, não apenas fora da cidade, é tratado como regionalismo. Para o autor, é produtivo pensar mais na concepção de rural. “Este último é que deve ser a chave do debate crítico no Brasil” (FISCHER, 2008, p. 55).

Para uma reflexão sociológica sobre a literatura não é necessário somente inquirir em que medida o contexto de certa sociedade, grupo étnico, sexual, as representações de classe, os debates políticos e as tomadas de posição do autor em relação a esses processos ressoam em sua obra, ou no conjunto de textos de um determinado período. Um romance, um conto, uma poesia, uma crônica ou qualquer outra forma de criação cultural mantêm, obviamente, uma autonomia em relação ao contexto social, assim como em relação ao posicionamento do seu autor no espaço sócio-econômico, pois eles não refletem automaticamente uma condição dada e vivenciada. Isso, contudo, não deve ser traduzido como a independência absoluta do texto – síntese de pensamentos – o fetiche da palavra auto-suficiente e imune aos conflitos e contradições sociais. O espaço diferenciado do literário é ele próprio resultado de condições históricas e sociais específicas que habilitam e legitimam a auto-ilusão da “arte pura” e incognoscível à explicação sociológica (BOURDIEU, 1996).

Uma obra – ou mesmo centenas delas – não traduz fielmente a sociedade e o momento histórico que a comporta, isso talvez nenhuma forma narrativa o faça. “Qualquer representação da realidade social – um filme, um romance [...] – é necessariamente parcial, é menos do que experimentaríamos e teríamos à nossa disposição se estivéssemos no contexto real que ele representa” (BECKER, 2010, p. 31). Apesar disso, é nos caracteres históricos, nas referências socioculturais, nos valores morais, nas ideias coletivas que circulam, nas tomadas de posição política e ideológica etc., que a sociedade exige e coloca ao criador, que a criação artística irrompe, se referencia e passa, inclusive, a constituir mais um referencial simbólico, seja para o mundo social de maneira geral, ou para as demais criações literárias, num processo dinâmico. Afinal, o escritor, como qualquer outro agente, só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período, a partir da posição específica que ele ocupa (MILLS, 1972).

Esta interação não implica somente uma relação da sociedade sobre a obra, ou a situação inversa, pois o processo envolve uma complementação entre as partes, de modo que elas não

devem ser vistas, sob qualquer condição, de formas opostas, ou mesmo independentes, mas de uma perspectiva mais global e de intercâmbio. Assim, a interação refere-se muito mais a uma situação de tensão e complementação entre sociedade e obra e desta como uma dimensão específica da sociedade. Candido (2000) coloca a situação da seguinte maneira:

Com efeito a atividade do artista estimula a diferenciação de grupos; a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o público. Vendo os problemas sob esta dupla perspectiva, percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas (CANDIDO, 2000, p. 22).

Os argumentos acima referidos denotam que a literatura produzida no período, mais particularmente a de temática rural, possui uma autonomia relativa em relação ao contexto político e social enunciado. Mas é preciso não fornecer a essa “autonomia” um caráter absoluto, deslocando as especificidades das obras das características do próprio contexto, seja do *campo literário*, seja das condições políticas e sociais particulares que “produziram” e foram, em certa medida, “(re)produzidas” por obras literárias, ao serem *representadas* esteticamente nas narrativas.

Ao se delimitar um momento particular das criações estéticas no Brasil, a abordagem dinamiza uma sociologia do campo literário – das crenças que o sustentam, do jogo de linguagem que aí se joga e das regras deste jogo (BOURDIEU, 1998) – em articulação com uma análise das perspectivas políticas e sociais que caracterizam a ótica do autor, sua experiência e posições intelectuais e como estas irrompem no corpo do texto. Isso fomenta uma interação, apropriação e ressignificação próprias, inerentes ao processo de *representação* da realidade nas obras, invariavelmente produzidas numa configuração sociocultural situada da sociedade e da literatura (AUERBACH, 2002).

Em um campo de forças específico e vazado por diversos lados (o campo literário), as regras que sustentam o *modus operandi* dos agentes são elaboradas conforme a legitimidade própria deste ambiente, mas não deixam de importar influências e dependências dos espaços de poder hegemônicos na configuração sócio-histórica, como o político e o econômico. É por isso que, ao estabelecer o recorte histórico entre 1945 e 1964, a pesquisa pressupõe, por um lado, uma especificidade das produções e movimentos literários, um conjunto de conflitos e contradições peculiares ao momento pelo qual passava o *campo literário* brasileiro. Porém, ressalta que as obras só são discerníveis integralmente em referência à modernização capitalista no país e a posição que se imaginava para o mundo rural neste processo. É a incorporação narrativa destas questões que nos interessa interpretar.

As diferentes produções, orientações e conteúdos estéticos se dão em um contexto nacional de transformações políticas e econômicas, em meio à tentativa de construção da

democracia num período posterior a Ditadura do Estado Novo e que iria confluir na retomada do período autoritário em 1964. Esta conjuntura assistiria a ampliação da luta pela reforma agrária, através das *Ligas Camponesas*; a busca pela “modernização” e integração do interior do país, que culminaria na construção de Brasília, a nova capital; o desenvolvimentismo econômico; o nacionalismo político; a Guerra Fria; a polarização ideológica entre capitalismo e comunismo; a projeção cultural do sertão em oposição ao litoral; a emergência de movimentos sociais e culturais (CPC, UNE etc.). Estes processos tornariam cada vez mais complexo e amplo o cenário criativo nacional e as referências para as criações literárias.

É evidente que ao estabelecer um corte temporal no processo sociocultural e literário do país, a pesquisa não sustenta ou defende uma linearidade diacrônica do *campo literário*, mas uma dinâmica sincrônica de estilos, referências e elaborações estéticas, característica expressa tanto na processualidade imanente à representação literária, quanto no caráter instável e transitório do período social considerado.

Em relação especificamente às obras que denominamos *narrativas da limitação*, cabe apresentar algumas conclusões gerais e que oferecem subsídios para pensar a relação entre a literatura e os discursos da modernização entre 1945 e 1964. Estas narrativas apresentam o rural como espaço das impossibilidades, da limitação dos indivíduos e marcado, em geral, pela ausência de movimentos de transformação. Nestas obras o rural se configura um portador do atraso, como uma espécie de dique social e fronteira geográfica para a modernidade capitalista, que elas ora lamentam ora celebram. As obras se concentram na tradução dos ajustes políticos, das dimensões culturais e econômicas que tornam a superação da opressão e da miséria algo profundamente difícil. O bucolismo irrompe em uma *beleza* que emerge tributada à paisagem *física e natural* do mundo que se esvai, abalada pela presença humana. Os indivíduos apenas circulam por ela aprofundando e destacando a limitação que a eles é imposta e da qual são, muitas vezes, os próprios agentes. A paisagem geográfica é destacada, inclusive, como contraponto à civilização, o que se articula a uma *estrutura de sentimento* bucólica em relação à natureza e que é negativa em relação ao humano. A posição política dos narradores tende, em geral, para posições de centro ou reformadores. Violência, atraso, coronelismo, folclore, tradição e lentidão do tempo são algumas das características que sintetizam os elementos de consonância entre as obras investigadas. As narrativas também são construídas a partir da dualidade entre o tempo do progresso e o tempo do rural. O conflito entre eles explicita uma limitação dos personagens, uma impossibilidade de construir e transformarem, haja vista que o rural é um espaço em decadência. O rural é, assim, um espaço para todas as formas de limitação, seja em função dos condicionantes do espaço social, ou a partir dos tipos de relação social que a ocupação econômica impõe ao espaço. Os narradores oscilam entre a celebração do progresso desenvolvimentista que dissolve aquele mundo atrasado, o que é incontornável, e a constatação

de que as novas sociabilidades podem ser tão ou mais destrutivas.

Aqui cabe lembrar que tais representações possuem uma sociogênese em nossa literatura. O romantismo conformou uma imagem e um olhar substancialmente idealizados do mundo rural. Esta situação é ao mesmo tempo fruto e indutora de uma estrutura de sentimentos bucólica que subsiste na literatura brasileira subsequente e mesmo em outras produções culturais. Neste contexto, o rural emergia, muitas vezes, como reservatório da identidade nacional, da autenticidade dos valores em oposição à *civilização* urbana, como espaço das vivências integradas à natureza e como ambiente das “paixões puras”. Tal situação é resultado de uma complexa teia de sentidos literários e de mutações no mundo social, haja vista que o romantismo emergia, sobretudo, nos momentos embrionários do capitalismo (JOBIM, 1999).

Notas sobre as tipologias analisadas

Nas obras que enquadramos como narrativa da limitação, o rural surge em uma espécie de inversão do romantismo, apesar de conservar diversas das imagens produzidas por uma estrutura de sentimentos bucólica, que tem sua gênese atrelada às compreensões românticas do mundo social. Em obras como *Chão Bruto*, de Hernani Donato e *Vila dos Confins*, de Mário Palmério, por exemplo, nota-se a construção de narrativas que associam o rural ao atraso, à violência e à limitação dos indivíduos. Aqui, o mundo das fazendas, dos sertões, a terra, a roça irrompem como *locus* central do atraso a ser superado, ao mesmo tempo, comportam ainda os valores autênticos e bucólicos. Tais narrativas podem ser compreendidas a partir da posição específica que seus autores assumiam frente ao campo político, às concepções de literatura que possuíam e a uma interpretação das relações sociais, que indicava a necessidade de impor a modernização a um mundo que era visto em oposição a ela. É nesta e a partir desta intersecção de “causalidades” que os autores constroem representações do mundo rural em suas obras. Mas é na tessitura das obras, na disposição dos personagens, nas imagens que descrevem o rural, nas histórias internas dos romances que estes aspectos se revelam.

Nesta tipologia analisamos os seguintes romances: *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, publicado em 1942, quando as inovações regionalistas já não eram mais “novidade”; *Vila dos Confins*, de Mário Palmério, publicado em 1956; *Chão Bruto* e *Filhos do Destino*, de Hernani Donato, publicados em 1955 e 1954; e *O coronel e o lobisomem*, de José Candido de Carvalho, publicado em 1964. Estes romances são orientados pela descrição dos necessários processos de desenvolvimento e modernização do mundo rural, em várias instâncias, um discurso comum naquele momento de nossa modernização industrializante. Tais autores não chegam a constituir interações diretas, *face to face*, que configurariam aquilo que Williams (1982) denominou *grupo cultural*, ou mesmo uma fração de intelectuais gravitando ao redor de um projeto estético

acordado previamente à constituição das obras. Entretanto, existe entre suas construções semelhanças latentes, o que permite que tomemos as mesmas dentro de um conjunto, pois compartilham visões sobre o mundo rural, e que podem ser apreendidas nas suas afinidades, buscando agrupar uma experiência que, quando produzida, não seguia acordos explícitos, mas que hoje pode ser vislumbrada a partir da sócio-lógica que comporta, e que possuía sentidos e estratégias compartilhadas com outras elaborações.

Autores como Hernani Donato e Mario Palmério possuíram carreiras intelectuais bastante peculiares. Dedicaram-se a várias atividades e não se identificavam apenas como romancistas e/ou escritores, mas circulavam entre as formas variadas de produção discursiva e na prática política. Palmério teve ampla atuação como deputado e vereador em Minas Gerais; Donato desempenhou atividades no setor editorial, mas também atuou próximo ao Partido Trabalhista Brasileiro, assim como Palmério. Ambos possuíam vínculos com os espaços onde ambientam as narrativas e, a partir de opções estéticas diversas, construíram obras onde o rural aparece cindido entre o bucolismo romântico, que olha saudoso para a vida junto da terra, e a descrição do atraso, da violência e das impossibilidades que se passam no rural, o que o desnuda como ambiente opressivo.

Esta posição permite que enquadremos alguns dos romances destes autores naquilo que estamos denominando *narrativas da limitação*. Mas o critério que orienta esta classificação se remete muito mais ao conteúdo da própria obra, o que se revela na presença de Jorge Amado como autor analisado. Sua posição política e ideológica difere dos outros autores, haja vista seu vínculo com o Partido Comunista, mas isso não exclui sua obra de ter elaborado, em determinados momentos, uma narrativa da limitação que, assim como as demais, se lança em uma denúncia do atraso e da violência como condições dominantes no mundo rural.

É relevante reafirmar aqui que por narrativas da limitação entendemos um conjunto disperso de obras nas quais o mundo rural emerge como espaço dominado pela restrição aos processos de mudança, ambiente do atraso, palco da violência, da miséria, da ganância, da política retrógrada, da degradação da humanidade, preso à tradição ou impeditivo da modernidade, entre outros sentidos aproximados, o que forma uma amálgama entre as criações. Estas dimensões não se revelam em sua integralidade em todas as narrativas da limitação analisadas. Tais romances se orientam pela necessidade de “denunciar” uma realidade social, ao passo que, invariavelmente, desembocam na descrição dos confrontos entre o atraso e a modernização, a estagnação e o progresso, a decadência e o desenvolvimento, pendendo constantemente para um pessimismo social e político.

Na mobilização destas dualidades, o conjunto de narrativas “produzia” (ou representava) um mundo rural que espacializava uma temporalidade do atraso, que tendia a ser superada pelas “novas” configurações sócio-históricas trazidas pela modernização. Logo, o rural se convertia em

cenário do passado e da limitação, das violências e da degeneração moral, posição que inverte substancialmente muitas das formas românticas e romantizadas.

A outra tipologia, como já apontado, é a que denominamos *narrativas da revolução*. O tema destes romances é a *revolução social*. O rural é escolhido como espaço onde se gestavam transformações ou rupturas sociais com as formas de organização produtiva. Para fins desta análise, optou-se por não tratar estas obras apenas no que tem de associadas ao *realismo socialista*, como estabelecem algumas análises. O intento foi contemplá-las como formas problemáticas e complexas de representar e construir ficcionalmente interpretações e proposições sobre o mundo rural. É claro que uma localização dos autores diante das esquerdas era fundamental, mas não determinante. Para executar tal tarefa, nesta tipologia interpretamos as seguintes obras: *Seara Vermelha* (publicado em 1946), do romancista Jorge Amado; *Assunção de Salviano* (publicado 1954), do jornalista e escritor Antonio Callado; *Os posseiros* (publicado em 1955), da então escritora Maria Alice Barroso e *Irmão Juazeiro* (publicado em 1960), do líder político Francisco Julião¹².

As formas literárias das *narrativas da revolução* não são homogêneas. Os romances foram interpretados a partir do vínculo que estabeleciam entre mundo rural e revolução, mudança, lutas sociais, o que permitiu, por sua vez, captar elementos de conexão entre eles. Isto possibilitou a configuração de uma tipologia sistematizadora: as *narrativas da revolução*. Por tal tipologia compreendemos as obras que comportam em seu conteúdo a ambientação dos personagens em um espaço social problemático, mas que funciona como cenário para a fermentação revolucionária, a organização política e a transformação da estrutura social. Aqui o mundo rural, mesmo marcado pela miséria, não conflui em um espaço incapacitante, mas sim motivador da mobilização dos trabalhadores e camponeses.

Neste sentido, é profícuo buscar apontar o *romantismo revolucionário* (LÖWY &

¹² A conformação da criação literária aos desígnios do engajamento político nem sempre resultou em uma fatura positiva para a narrativa. Em alguns casos, o discurso da política coloniza o texto. É evidente que tal condição em particular não dissolve as possibilidades de êxito da criação literária. Tais questões podem assumir uma tonalidade ainda mais problemática quando a politização das letras emerge fora do espaço literário e de suas formas. Este parece ser o caso do romance *Eles possuirão a terra*, de José Ortiz, publicado em 1955, entre outros romances que caricaturam o mundo rural com o intuito de instrumentalizá-lo politicamente. Outros romances também levam a cabo a questão rural sob a ótica da denúncia e da revolução. Por exemplo: *Vento Nordeste* (1957), de Permínio Asfora; *O caminho das trombas* (1966), de José Godoy Garcia; *Cangerão* (1946), de Emil Farhat, entre outros que poderiam ser proficuamente analisados a partir da tipologia de narrativas da limitação.

SAYRE, 1995; RIDENTI, 2000) que é compartilhado pelas *narrativas da revolução*, muitas vezes preenchidas por personagens heroicos, puros na defesa de seus valores e tomados por um vínculo amoroso com a terra e seu cultivo. Dotados destas qualidades, se habilitam como agentes da revolução ou das lutas camponesas capazes de metamorfosear o espaço rural e a sociedade de maneira geral. É verdade também que o “anti-capitalismo” (romântico, utópico, reformista) comparece frequentemente nas narrativas.

Tomar o rural como espaço denso de mobilizações sociais e políticas se articula aos rumos da questão agrária no período. Descrever as relações sociais que temperam e preparam a rebelião, como no caso de Jorge Amado e Francisco Julião; apresentar minuciosamente as estratégias e manipulações para a consecução da revolta, no caso de Callado; e representar o processo revolucionário no campo e a luta armada, como na obra de Maria Alice, entre outras, torna essas construções portadoras de um discurso com diversos elementos em comum sobre o rural. Apreendê-las nesta chave permitiu ainda que compreendêssemos a presença de uma *estrutura de sentimento* bucólica, característica compartilhada e vivenciada por parte dos agentes do campo literário brasileiro, e que informa inúmeras interpretações sobre o mundo rural.

O campo é idealizado nas narrativas da revolução não mais em virtude da paisagem natural, mas em função do “povo”, do “camponês”, dos trabalhadores rurais e de sua telúrica intimidade com a terra, autêntica e comunitária. Isto os colocava como portadores de um germe de resistência contra a racionalidade exclusiva do mercado.

Algumas considerações finais

As obras investigadas “constroem” rurais que se referem de maneiras diversas à realidade social. São, antes de tudo, realidades do pensamento, frutos de interpretações e projetos que os agentes letrados e urbanos, sobretudo, produziam sobre o amplo mundo rural brasileiro num cenário marcado pelas tensões da modernização. Por isso, mais relevante do que auditar se as tramas analisadas taquígrafam a realidade concreta do mundo rural brasileiro, entre as décadas de 1945 e 1964, é entender que elas produzem e reproduzem imagens, representações, tipos e mitos sobre o mundo social. Estes tem menor ou maior efeito de projeção para além dos círculos literários, em função da inserção que a obra tem em outros campos sociais e do próprio prestígio de seu autor. Além disso, a própria importância que a temática rural ocupava no cenário político e

cultural concorria para amplificar sua presença nas criações romanescas.

Por outro lado, é inegável que o rural não aparece nas produções simbólicas apenas por uma resistência estética de autores que insistiam em manter a temática, frente a um possível desgaste trazido pela predominância do espaço urbano e da modernização. Em outras palavras, o mundo rural emergia nas narrativas, sobretudo, porque se convertia então em um tema fundamental dos debates políticos, sociais e econômicos.

A modernização que o período nacional-desenvolvimentista buscou conduzir reformulou as dualidades entre campo e cidade, alçando-as a categoria de temas fundamentais do debate de ideias de então, sobretudo entre os setores reformistas e à esquerda do espectro político. A literatura não se encontrava imune a estas questões. Ao contrário, ela representava um dos significantes onde as tensões eram esteticamente tratadas. Os romances de Jorge Amado, Francisco Julião e Maria Alice Barroso, entre outros, revelam isso com propriedade.

Somado a estas questões, os movimentos sociais no campo e a presença maior do Partido Comunista nestas mobilizações projetavam a “questão rural” e o “atraso” que a ela se associava como *problemas sociais*, sobretudo a partir do debate sobre o latifúndio. A interação dialética entre literatura, sociedade e ideias confluía, então, numa apropriação e representação peculiar destas questões nos romances de temática rural. Em parte por meio da continuidade das formas e temáticas do romance social de 1930, mas também através de estratégias diferenciadas de construção literária que se apresentavam a partir de 1945 aliadas aos novos problemas sociais e formas de interpretação que surgiam.

A noção de *regionalismo literário*, tão forte nos seus efeitos classificatórios e que tanto busca abarcar, nos pareceu relativamente insuficiente para apreender os romances examinados. Em geral, o *regionalismo* é sacado como forma de definição de obras que registram universos e práticas que se distanciam do espaço citadino e das formas linguísticas do mundo urbano-letrado, mas também de tudo o que se afasta do centro cultural dominante. A tipologia regionalista possibilita exercícios de classificação generalizantes para a compreensão de lógicas de interação entre literatura e sociedade, mas é relativamente inespecífica para apreender as nuances da representação do rural.

O romance de temática rural nos interessou para além do pitoresco ou do heterodoxo que ele supostamente comporta. A análise deste ângulo parece ser reforçada pelas investigações que se movimentam no interior da classificação *regionalismo*. Tratar

as obras como romances de temática rural permitiu examiná-los como construções que perseguem a problematização das práticas, ritos e interações no mundo rural, bem como suas íntimas conexões com os processos e problemas sociais e suas aproximações com as ideias em circulação.

O conceito de regionalismo não é necessariamente insensível a estas situações e problemáticas. A tipologia retém uma preocupação em associar espaço e narrativa na classificação de obras e períodos. Contudo, ela nos pareceu inespecífica e demasiadamente associada à “essencialização” das práticas que busca representar, dando à ideia de região um poder muito forte de síntese cultural (o regionalismo nordestino, gaúcho, mineiro etc.) e que não diferencia, por vezes, o rural do urbano.

Ao construirmos duas tipologias de classificação das obras selecionadas com base na sociologia da literatura, tínhamos como objetivo informar previamente nosso olhar antes de *ir a campo*, mas depois de ter ido já inicialmente ao campo do texto, que é o romance. Como bem lembra o antropólogo Evans-Pritchard, o cientista social leva muito mais do que traz do campo. Daí o papel central que a teoria ocupa neste ofício. *Narrativas da limitação e narrativas da revolução* formam constructos desenvolvidos com o intento de sistematizar de maneira mais inteligível formas e conteúdos distintos que caracterizam os romances investigados.

A elaboração destas tipologias só foi possível a partir da mobilização de referências distintas da sociologia da cultura e da literatura. Isto permitiu pensar o literário como algo dotado de sentidos que são apreendidos no interior de um campo social. Este, por sua vez, é incompreensível fora dos processos sociais, políticos e culturais amplos. As tipologias possibilitaram ainda entender que as maneiras de formalização estética do romance respondem, em certa medida, às experiências vividas pelos autores. Esta experiência não se define necessariamente pela vivência física com o mundo rural, mas por *estruturas de sentimento* que fomentam o compartilhamento de concepções, sentimentos, valores etc., que irrompem e circulam coletivamente em cada “período” sociocultural.

O exercício de uma sociologia da literatura se funda na compreensão de que existe uma dinâmica permanente entre a criação artística e o mundo social. Este enunciado geral, porém, não esgota a situação. É preciso averiguar as singularidades, instituições, conteúdos e práticas que revelam essa dinâmica em cada objeto cultural. O desafio permanente, então, foi abalizar o tipo de mediação entre a obra acabada (o campo

de análise central) e o mundo social, onde o texto emerge e de onde ele extrai sentido. Como apontam diversos referenciais, isto envolve o exame do mundo social que define o campo literário, a influência dos discursos e debates que orbitam no círculo intelectual ampliado, e a conformação política, cultural e social de determinada configuração sócio-histórica. É neste caldo que os romances de temática rural se integram.

O mundo rural representado nas obras integrantes de cada tipologia deve ser compreendido no sentido que as diferenças denotam, mas também nas coerências que mantém entre si. Os traços compartilhados ficam muitas vezes por conta do bucolismo e romantismo que aparece em *quase todos* os romances, daí a pertinência de mobilizarmos a noção de uma estrutura de sentimentos bucólica sobre o rural. Por outro lado, ao buscarmos sistematizar os sentidos das obras nos deparamos com representações díspares acerca das condições políticas, econômicas e culturais atribuídas ao mundo social rural. Como espaço, este oscila entre a constrição das possibilidades humanas, por meio de uma natureza ou de relações sociais que “determinam” recessivamente a todos, até a arena política onde se localizam as contradições fermentadoras e os agentes da revolução ou da reforma socialista.

Limitar ou revolucionar, estes são os polos definidores do papel do mundo rural na ótica das obras analisadas e no interior dos discursos que se produziam naquele momento da modernização-urbanização capitalista no Brasil. É por meio deles que buscamos examinar e ensaiar interpretações sobre as obras. Em função deste conteúdo, não deixa de ser fecundo apontar como subsistem concepções românticas no trato da terra como alvo da descrição romanesca. Por isso, romantismo conservador e romantismo revolucionário foram categorias que auxiliaram neste exercício classificatório, reforçando os aspectos que tentamos ressaltar nas obras examinadas.

Em relação às narrativas da revolução sua configuração romântico-revolucionária nos parece efetiva em quase todas as obras, mas no que se refere às narrativas da limitação torna-se relativa a aproximação com as formas conservadoras de romantizar o rural. Aos olhos dos narradores, o rural era um espaço bucólico, mas de atraso e que não deveria ser “preservado”, mas sim metamorfoseado pelas forças da modernidade, não que estas também fossem sempre celebradas como positivas.

As *narrativas da limitação* descrevem um rural opressivo, autoritário e dotado de poucas possibilidades de alteração, onde a violência se impõe como *modus operandi* dominante nas interações entre os agentes e na manutenção da estrutura social. Estes

romances possuem oscilações formais, mas confluem para a representação de um mundo lançado em uma temporalidade deslocada no interior da precária modernização que se experimentava naquele curto e denso período relativamente democrático. O rural da limitação denuncia o atraso, critica a exploração, mas muitas vezes celebra os dividendos trazidos pela “civilização urbana”. A classificação das *narrativas da limitação* como conservadoras deve ser ponderada. Elas se mantêm dúbias entre a celebração do moderno e a crítica aos efeitos deletérios que ele carrega. Ora a modernização dissolve o atraso e a violência que se estendem pelo mundo rural, ora fomenta o afloramento de limitações ainda mais amplas e restritivas. Disto conclui-se que a classificação tipológica possibilitou apreender mais abalizadamente estas singularidades e pode ser útil para a análise de outras produções literárias e culturais que enfrentaram momentos similares de esgarçamento das contradições da modernização, da dinâmica entre campo e cidade.

O caso das *narrativas da revolução* se encontra em situação semelhante no que se refere à localização temporal do rural: é representado como espaço do atraso, onde as violências e explorações mais radicais permanecem organizando a vida dos trabalhadores e camponeses, os personagens principais destas obras. Por outro lado, os romances, na maioria dos casos, se conectam com as orientações que propunham a transformação do mundo rural, dissolvendo a estrutura agrária que o atrelava ao passado. Mas aí emerge o protagonismo do camponês, do povo, das massas, muitas vezes sob orientação do Partido Comunista, e que rompem a limitação física e cultural do mundo rural, convertendo-o em ambiente da transformação, da dinâmica social ou da revolução. O horizonte das obras é o “camponês” politizado, o povo rompendo com o misticismo, a luta pela distribuição da terra, a utopia. Aí a maioria dos autores comporta laços diretos e indiretos com o Partido Comunista, ou possuem simpatias com o socialismo. Isto que redundava – na fatura específica da obra – em narradores que evocavam a revolução e o potencial contestatório das massas empobrecidas pelo latifúndio. Infere-se, portanto, que a tipologia permitiu registrar e compreender os romances com mais especificidade e também acompanhar as interações entre literatura, política e sociedade de forma mais recortada. A tipologia também pode ser refinada e ampliada para a investigação de outros objetos e campos em suas interações com as ideologias políticas e as formas que influem e dinamizam a criação estética.

É evidente que uma *pluralidade causal* de fatores define as diferenças entre as tipologias e os possíveis condicionantes que recaiam sobre os autores. A orientação

político-ideológica, a relação com o ambiente socioeconômico, o tipo de inserção no campo literário e a espécie de vínculo que o autor possuía com o mundo rural comparecem como os elementos dotados de maior centralidade, mas não de exclusividade no esforço compreensivo. Eles colaboram de forma desigual e combinada. Aí residiu a chave inicial desta interpretação, a partir da qual a forma e o conteúdo dos romances foram lidos, pois era nestas forças diferenciadoras que se revelavam as orientações diversas da confecção literária. Isto nos pareceu bastante proveitoso, pois permitiu traçar com mais clareza as configurações do romance de temática rural diante das disputas e referências que a modernização urbano-industrial-capitalista motivava nos campos de produção cultural, a partir da análise do conteúdo da criação final.

Em relação à opção de recorte histórico-temporal os romances e as tipologias não respondem a uma mudança linear das temáticas. É fato que as questões mais características no final das décadas de 1940 e início dos anos 50 se metamorfoseiam. Contudo, *narrativas da limitação* e *narrativas da revolução* não se configuram como sequencias evolutivas do romance. As temáticas surgem de forma concomitante, isto é, uma não substitui a outra. É verdade que o tema do rural revolucionário parece se tornar mais forte no final dos anos 50 e início dos anos 60. Mas isto não redundava na superação das narrativas focadas na descrição das limitações do mundo rural. É verdade que o processo de modernização tensiona as criações culturais e literárias. Porém, não se trata de um processo reto, sequencial e linear, mas sim algo caracterizado por movimentos contraditórios, de avanço e recuos. A forma pela qual a temática rural foi tratada nas narrativas reserva semelhanças com tal situação: a revolução não substitui a limitação como tema e vice-versa.

Outro aspecto que foi central neste trabalho se refere às interfaces que as formas literárias estabeleciam, direta ou indiretamente, com as interpretações das emergentes ciências sociais sobre o rural, assim com em relação aos debates nas arenas políticas. Em se tratando do período 1945-1964, o tema da modernização e do desenvolvimento – centrais nas ciências sociais e em outros discursos acadêmicos, assim como entre os agentes políticos – ecoa com intensidade na construção dos personagens e nas lógicas narrativas. É insustentável afirmar uma relação de dependência hierárquica entre as áreas. Predominava a interação temática, haja vista que os problemas dominantes, irradiados dos campos políticos e das mobilizações sociais, eram comuns.

Por isso, é possível afirmar que a literatura vazava e era vazada por outros

discursos que povoavam o campo intelectual de então, como as ciências sociais, assim como essas eram influenciadas pela forma literária, por mais que a institucionalização exigisse a “cientificidade” da forma. Isto revela que a autonomia dos campos sociais se encontrava ainda bem incipiente naqueles momentos paradigmáticos de nossa modernização, de estruturação do mercado de bens simbólicos. Talvez estas interdependências e interações sejam a face dominante do *sistema intelectual brasileiro* até os anos 60, quando os sujeitos que compunham o autor, a obra e público ainda eram, muitas vezes, os mesmos.

Tomar as criações estéticas como referenciadas no jogo de forças e nos sentidos inerentes a um espaço delimitado do social é relevante para compreender o particular, o específico e o que é exclusivo das obras literárias. Mas não é possível desenvolver uma análise sociológica da literatura sem iluminar as abordagens das narrativas e dos personagens com os processos construídos em outras territorialidades discursivas e sociais e também, sobretudo, no interior do próprio texto. Analisar as narrativas do mundo rural exige este esforço de compreensão dos contextos mais amplos do fazer literário, o que permite, por fim, chegar às especificidades das narrativas da revolução e da limitação, assim como de outras construções tipológicas e classificatórias possíveis. Estas podem ser tantas quantas os processos, contextos e narrativas literárias exigirem para sua sempre parcial e provisória compreensão sociológica.

Bibliografia

AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. São Paulo: Martins Fontes, 1975 (originalmente em 1946).

_____. *Terras do sem fim*. 64ª ed. Record: Rio de Janeiro, 1999 (publicado originalmente em 1942).

AUERBACH, Erich. *Mimesis – a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura*. Bauru: Edusc, 2001.

BARROSO, Maria Alice. *Os Posseiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986 (originalmente em 1955).

BECKER, Howard S. *Falando da sociedade – ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

BOTELHO, André; **BASTOS**, Elide; **BÔAS**, Glaucia Villas (Orgs.). *O moderno em questão – a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *As Regras da Arte – gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Ed.

Companhia da Letras, 1996.

CALLADO, Antonio. *Assunção de Salviano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Ed. PUBLIFOLHA, 2000.

_____. *Os parceiros de Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARVALHO, João Candido de. *O Coronel e o lobisomem*. 38ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3ª ed. Vol. VI. Rio de Janeiro: EDUFF, 1986.

DONATO, Hernani. *Filhos do destino*. 3ª ed. São Paulo: Clube do Livro, 1988 (publicado originalmente em 1954).

_____. *Chão Bruto*. São Paulo: Círculo do Livro: 1980. (original de 1958).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Sociedades de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

FISCHER, Luiz. *Literatura brasileira: modos de usar*. São Paulo: L&PM, 2008.

FRYE, Northrop. *Anatomia da Crítica*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

GARCIA JR, Afrânio; **GRYNSZPAN**, Mario. *Veredas da questão agrária e enigmas do Grande Sertão*. In: **MICELI**, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*, vol IV. São Paulo: Editora Sumaré, 2002.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1992*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma – teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.

JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

JULIÃO, Francisco. *Irmão Joazeiro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

_____. *Até quarta, Isabela*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. *Cambão: as ligas camponesas*. Coimbra: Centelha, 1975.

LÖWY, Michel; **SAYRE**, R. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995.

MAIA, João Marcelo E. *A terra como invenção – o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972, 3ª ed.

MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995.

MORETTI, Franco. *Signos e estilos da modernidade – ensaios sobre a sociologia das formas literárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PALMÉRIO, Mario. *Vila dos confins*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997 (originalmente em 1956).

_____. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965.

PASSIANI, Enio. *Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams*. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. *Tempo Soc.*, jun. 2005, vol.17, no.1, p.81-110.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Record, Rio de Janeiro. 2000.

SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais* (2 vol.). São Paulo: Cortez; Campinas: EDUNICAMP, 2001.

WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. "The Bloomsbury fraction". In: *Problems in Materialism and Culture*, London: Verso, 1982.